

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – MANIFESTAÇÕES
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 5 – ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 4/10/2017

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dalmo Ribeiro Silva – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Durval Ângelo – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Luiz Humberto Carneiro – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 5, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 16h17min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.882/2015, na forma do Substitutivo nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Durval Ângelo – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier.

**ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017**

Às 14h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater e celebrar os dez anos da Lei nº 11.520, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios e os impactos que essa norma trouxe aos atingidos pelo degredo, e a receber e votar proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Marília Campos (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e do deputado Cristiano Correia, que assume a direção dos trabalhos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.935/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à ocupação Carolina Maria de Jesus, no Município de Belo Horizonte, para conhecer a situação dos moradores;

nº 10.142/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências para que estabeleça procedimentos judiciais com a finalidade de instituir reparações indenizatórias e pensão especial para filhas e filhos de pessoas atingidas pela hanseníase e submetidos à separação forçada de seus pais;

nº 10.143/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para instituir meios de reparações indenizatórias e pensão especial para filhas e filhos de pessoas atingidas pela hanseníase e submetidos à separação forçada de seus pais;

nº 10.144/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Câmara Municipal de Santa Luzia pedido de informações sobre a legislação municipal que regula os limites sonoros nesse município, tendo em vista o termo de ajustamento de conduta firmado entre a Promotoria de Justiça dessa comarca, os representantes do Centro Espírita localizado na Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 145, Bairro São Benedito, e moradores vizinhos à sede do centro, que estabelece restrições quanto ao horário, dia de funcionamento e uso de atabaques;

nº 10.145/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a legislação municipal que regula os limites sonoros no município no que se refere a cultos religiosos;

nº 10.146/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Casa Civil do governo federal pedido de providências para que sejam enviados ao Congresso Nacional os textos relativos à ratificação das convenções da Organização dos Estados Americanos - OEA - contra o racismo, a discriminação racial e outras formas de intolerância, para imediata aprovação;

nº 10.147/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Casa Civil do governo federal pedido de informações, por meio da Lei de Acesso à Informação, sobre os programas, ações e investimentos

do orçamento federal que tratam da implementação do dispositivo do Estatuto da Igualdade Racial que impõe ao poder público a obrigação de combater a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana;

nº 10.148/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que seja revisto o termo de ajustamento de conduta relativo ao Inquérito Civil nº MPMG-0245.15.000031-4, visando apurar denúncia de barulho proveniente do Centro Espírita localizado na Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 415, no Bairro São Benedito, em Santa Luzia, convertido em TAC em 8/7/2015, firmado entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia, o Sr. Luiz de Odé, os representantes do centro e moradores vizinhos, que estabelece restrições quanto ao horário, dias de funcionamento e uso de atabaques pela referida organização;

nº 10.149/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Corregedoria do Ministério Público pedido de providências para que estude a conveniência do termo de ajustamento de conduta relativo ao Inquérito Civil nº MPMG-0245.15.000031-4, visando apurar denúncia de barulho proveniente do Centro Espírita localizado na Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 415, no Bairro São Benedito, em Santa Luzia, convertido em TAC em 8/7/2015, firmado entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia, o Sr. Luiz de Odé, os representantes do centro e moradores vizinhos, que estabelece restrições quanto ao horário, dias de funcionamento e uso de atabaques, uma vez que os representantes do centro denunciam que houve imposição do TAC e suas demandas não foram consideradas;

nº 10.150/2017, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado às Câmaras Municipais de Belo Horizonte e de Santa Luzia pedido de providências para que adotem medidas protetivas ao funcionamento dos centros espíritas e terreiros das religiões de matriz africana nesses municípios.

Retiram-se a deputada Marília Campos e o deputado Cristiano Silveira. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. O presidente, Durval Ângelo, convida a tomar assento à mesa as Sras. Magda Levantezi, coordenadora-adjunta de Hanseníase e Doenças em Eliminação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Mônica Fernandes Abreu, ativista e representante da Asthemg; e Maria do Carmo Lara Perpétuo, presidente da Fundação Helena Antipoff, e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; José Eduardo do Nascimento, representante da Asthemg; Eni Carajá Filho, coordenador estadual do Morhan-MG; Kauê Roque de Souza Lima, coordenador do Projeto Franciscanos pela Erradicação da Hanseníase, e Gilson Justino Baeta, vereador de Betim. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2017

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antonio Carlos Arantes, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Coronel Piccinini. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a decisão da Codemig de não renovar o contrato de cessão de uso do Parque das Águas, firmado com o Município de Caxambu, bem como discutir com todas as partes envolvidas possibilidades para reverter tal situação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras.

Geiza Azevedo, assessora-chefe de Planejamento, representando o secretário de Estado de Turismo; Jenny Gomes Aragão, vereadora de Caxambu; Denise Almeida Madsen, pesquisadora da Fundação João Pinheiro; Maria Antônia Williams Muniz Barreto Siqueira, presidente da Associação dos Amigos do Parque das Águas – Ampara – e fundadora da ONG da Sociedade Amigos do Parque das Águas – Caxambu; e os Srs. Luiz Henrique Diório de Douza, vice-prefeito, representando o prefeito de Caxambu; Mário Luiz Alves, presidente da Câmara Municipal de Caxambu; Alessandro Bento Fortes, Fábio Curi Hauegen, Francisco de Souza Martins, Jean Carlos da Silva, Júlio Carlos de Souza Nogueira, Manoel Ribeiro Pereira, Paulo José Rodrigues, Renato Sales Brandão, Vinícius Hemetério, vereadores de Caxambu; Paulo Frederico Hald Madsen, pesquisador da Diretoria de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro, representando o presidente; Paulo Maciel Junior, presidente do Conselho Fiscal da ONG Nascente Ambiental; e João Batista Gonçalves, diretor jurídico da Câmara Municipal de Caxambu. A presidência, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado João Leite que, posteriormente, assume a presidência (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BVC). Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Antonio Carlos Arantes – Fábio Avelar Oliveira.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.267/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, o Projeto de Lei nº 4.267/2017 dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Examinado preliminarmente pela Comissão e Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma original, vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise define as associações de socorro mútuo e estabelece regras gerais para o seu funcionamento. As associações de socorro mútuo são, de acordo com o projeto, associações civis constituídas por grupos solidários e autogeridos, que propiciam aos seus integrantes, quando necessário, o auxílio financeiro para determinado fim por meio da divisão das despesas entre todos os associados.

As associações de socorro mútuo devem registrar no órgão competente os requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.406, de 2002 – Código Civil –, o objetivo específico do socorro mútuo e a participação de no mínimo quinhentos associados. As regras de funcionamento, fixadas por assembleia geral, são definidas em regulamento próprio.

De acordo com o projeto, os associados devem contribuir mensalmente com as quotas necessárias para cobrir as despesas administrativas e as pretéritas e ocorridas. O regulamento deve especificar o valor máximo dos bens indicados pelos associados, bem como o total que pode ser rateado.

O socorro mútuo praticado pelas associações de que trata o projeto não pode ser considerado seguro empresarial. As associações já existentes devem adaptar os seus estatutos às disposições da lei no prazo de doze meses de sua publicação.

A proposição ainda estabelece que a representação das associações de socorro mútuo cabe à Força Associativa Nacional – FAN –, sociedade civil com sede no Distrito Federal e sucursal no Estado. Fundada em 2014, a entidade é defensora do movimento associativista e mutualista no País.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça não verificou óbices jurídico-constitucionais para a tramitação da matéria e concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

No entanto, verificamos que o texto necessita de aprimoramentos para se adequar à técnica legislativa e sanar imprecisões em seus comandos. Por isso, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1 ao projeto em exame.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.267/2017 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre as associações de socorro mútuo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A constituição e o funcionamento das associações de socorro mútuo observarão o disposto nesta lei.

§ 1º – Para os fins desta lei, considera-se socorro mútuo a divisão das despesas ocorridas entre os associados, em um sistema de autogestão, conforme as regras estabelecidas em estatuto.

§ 2º – O socorro mútuo poderá ser um dos objetivos de uma associação civil.

Art. 2º – Compete à assembleia geral das associações de socorro mútuo:

I – a autogestão de que trata o § 1º do art. 1º, a ser exercida de forma democrática, coletiva e coordenada;

II – a criação ou reformulação do estatuto da associação, com as regras específicas do socorro mútuo.

§ 1º – A criação ou reformulação do estatuto de que trata o inciso II do *caput* se dará por meio de assembleia geral de fundação da associação ou, caso já fundada, por meio de assembleia geral a ser convocada especificamente para este fim.

§ 2º – O estatuto a que se refere o inciso II do *caput* deve ser registrado no órgão competente.

§ 3º – O estatuto a que se refere o inciso II do *caput* conterà, além dos requisitos impostos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, a indicação do objetivo específico do socorro mútuo, o número de associados e a indicação das regras do socorro mútuo e dos demais benefícios dos associados.

Art. 3º – Nas associações de socorro mútuo, os associados contribuirão mensalmente com as quotas necessárias para arcar com os custos fixos da administração e os variáveis relativos ao rateio de despesas ocorridas no mês anterior.

Parágrafo único – A associação deverá indicar expressamente no regulamento o valor máximo dos bens indicados pelos associados, bem como o total que poderá ser rateado.

Art. 4º – O socorro mútuo praticado pelas associações não poderá ser considerado seguro empresarial.

Art. 5º – A associação que tiver como um de seus objetivos o socorro mútuo terá o prazo de doze meses, contados da data de publicação desta lei, para reformular seu estatuto, no que for cabível, adaptando-o ao disposto nesta lei.

Art. 6º – A representação das associações de que trata esta lei cabe à Força Associativa Nacional – FAN –, competindo-lhe manter registro das associações de socorro mútuo no Estado.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Coronel Piccinini, relator – André Quintão – Geraldo Pimenta.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o jornal *Clarim* pelo lançamento do livro *20 anos Clarim – A valorização da memória contemporânea de Araxá* (Requerimento nº 8.136/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, pelo Dia do Advogado, comemorado em 11 de agosto (Requerimento nº 8.239/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Humberto Marcial pela inauguração da nova sede do escritório de advocacia, bem como pela inauguração do Instituto Declatra – Defesa da Classe Trabalhadora de Minas Gerais (Requerimento nº 8.372/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Convenção Batista Nacional do Estado de Minas Gerais – CBN-MG – pelo jubileu de ouro da CBN (Requerimento nº 8.385/2017, do deputado Léo Portela);

de congratulações com a presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama – pelo lançamento do informe técnico *Gestão de Conflitos com Animais Silvestres em Centros Urbanos*, elaborado pela equipe do superintendente Marcelo Belisário Campos (Requerimento nº 8.537/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com a Sra. Lunara Sanches pelo lançamento do livro de poesias *Abstrato* (Requerimento nº 8.562/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Editora Mulheres que Decidem pelo projeto *Xá Comigo*, especialmente pelo lançamento do livro *Xá Comigo* (Requerimento nº 8.641/2017, do deputado Mário Henrique Caixa);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/8/2017, em Nova Serrana, que possibilitou o salvamento de uma criança vítima de engasgamento (Requerimento nº 8.645/2017, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 30/8/2017, em Nova Serrana, em que conseguiram evitar o cometimento de um suicídio (Requerimento nº 8.646/2017, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os defensores públicos de Minas Gerais pelos relevantes serviços prestados e, especialmente, por ter sido a Defensoria Pública reconhecida como a instituição mais importante por 92,4% dos brasileiros (Requerimento nº 8.752/2017, da Comissão de Administração Pública);

de congratulações com o Sr. Francisco José da Silva – pseudônimo R. Cordeiro – por sua obra como escritor e poeta, agraciado com diversos prêmios literários, e por ser membro vitalício da Real Academia de Letras (Requerimento nº 8.823/2017, da Comissão de Cultura).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

O deputado Rogério Correia* – Presidente Dalmo Ribeiro Silva, é um prazer, mais uma vez, estar na tribuna com V. Exa., nosso 2º-vice-presidente, dirigindo nossas reuniões.

Deputadas e deputados, bancada da imprensa, companheiros que nos visitam, meu assunto novamente é a Cemig. Hoje, Sr. Presidente, é um dia muito triste para Minas Gerais. Estivesse vivo o senador e ex-governador Itamar Franco, com certeza ele morreria de desgosto. Acabam de ser vendidas ou entregues quatro usinas da Cemig por uma bagatela de R\$12.120.000.000,00, e explico por que digo que é uma bagatela. A Cemig teve um lucro de R\$18.500.000.000,00 nos últimos sete anos e meio. Repito, nos últimos sete anos e meio a Cemig teve um lucro de R\$18.500.000.000,00. Ou seja, venderam ou entregaram as usinas por 65,5% do lucro da empresa nos últimos sete anos e meio. Ora, é óbvio que isso é um negócio da China para quem comprou – vale aí o trocadilho – e um desastre para quem vendeu, um desastre para Minas e um desastre para o povo brasileiro.

O lucro que a Cemig obteve era organizado, porque ela é uma empresa estatal. É dividido em dividendos, e principalmente existe aí a parte que dizemos ser estratégica de qualquer empresa estatal. Por ser um setor, repito, estratégico, o setor de água e energia – e o Brasil e o Estado dependem da geração de energia –, uma empresa dessas tem de estar sempre evoluindo. Ela tem que ter *know-how*, tem que ter investimento para não envelhecer, tem que se modernizar. Uma empresa que estrategicamente gera energia tem de olhar todas essas questões e fazer a divisão dos lucros tanto por meio de dividendos quanto, repito, de investimento estratégico.

A primeira pergunta que devemos fazer é: as empresas estrangeiras que ganharam, as empresas do capital financeiro internacional, as empresas estatais estrangeiras vão respeitar uma visão estratégica para as usinas da Cemig? Óbvio que não. Assim como a Samarco e a Vale não o fizeram em Mariana e causaram o maior desastre ecológico e ambiental que tivemos no Brasil em todos os tempos com o rompimento da Barragem de Fundão. A barragem se rompeu, mataram pessoas, mataram o meio ambiente, sujaram o Rio Doce, fizeram e desfizeram, porque a única visão que tinham era de lucro. A Vale e a Samarco jamais quiseram saber dos problemas de segurança, jamais quiseram saber de melhorar a forma de extrair o minério para industrializar o Brasil. Não, apenas exportaram, e o fizeram sem pagar ICMS, porque a Lei Kandir, da época do Fernando Henrique Cardoso, de triste lembrança, acabou simplesmente com esse imposto do Estado.

Nós já perdemos, portanto, no setor minerário, R\$135.000.000,00 em Minas Gerais. Agora, vem o governo Temer e entrega a Cemig. Acontecerá o mesmo. Estive nas usinas, visitei uma por uma. Houve deputado aqui que reclamou da luta que a Assembleia Legislativa fazia, mas eu lutei, e vários lutaram e foram comigo nessas usinas da Cemig. Havia vários deputados de vários partidos. Eu vi lá cada um deles – o Elismar, o Geraldo Pimenta, o Celinho do Sinttrocel.

Vimos aquele patrimônio belíssimo, presidente, o patrimônio das águas, porque aquelas represas são instrumentos de geração de energia e também instrumentos turísticos. Os prefeitos, com certeza, estão muito tristes com a entrega dessas represas, que agora serão utilizadas como bem quiserem as empresas que as compraram. Portanto, perdemos em energia, perdemos em água, perdemos em turismo, perdemos em tudo. Entregaram essas empresas por uma bagatela de R\$12.120.000.000,00 para diminuir o rombo orçamentário. Olhem que crime. É um crime diminuir rombo orçamentário. O rombo do orçamento é de R\$159.000.000.000,00; vão pegar R\$12.000.000.000,00 para abatê-lo. Esse dinheiro vai para o ralo em poucos meses. Foi esse o resultado desse maldito leilão que fizeram hoje da Cemig.

Na propaganda que fizeram contra a Cemig, fizeram, na verdade, uma propaganda contra o patrimônio, jogaram para baixo o preço. O presidente Temer golpista esteve na China e saiu de lá já com isso arranjando. Ontem à noite, a Aneel simplesmente comunicou à Cemig que o acordo que estava sendo feito de as duas usinas ficarem para a Cemig não poderia mais continuar porque

era tudo ou nada. Isso já estava combinado, e todas as empresas que ganharam são estrangeiras e dividiram o lote de novo em cartel. O gato angorá da quadrilha do Temer, o Moreira Franco, provavelmente deve ter enchido os bolsos de novo com dinheiro dessa privatária que fizeram. Não duvido nada, porque é o que ele faz. Essa quadrilha privatizou as usinas da Cemig simplesmente esquecendo que elas eram um grande patrimônio. As empresas que ganharam, Rosângela, são estatais em outros países – na França, na Bélgica, na Itália, e na China. Todas são estatais, porque os países que são grandes e pensam no futuro pensam estrategicamente. Ninguém entrega água e energia de graça.

Uma privatária dessas tem de ser denunciada. Repito, se Itamar Franco estivesse aqui, hoje, morreria de desgosto. O governador Pimentel fez agora um vídeo lamentando esse dia triste para Minas Gerais. Ele também lutou conosco para que isso não acontecesse. Está aí essa entrega absurda que fizeram dessas usinas. Isso podia ter sido evitado. No governo passado, aguentei calado diante de bobagens que escutei de deputados da oposição. O governo passado não quis aderir à medida provisória da presidenta Dilma, que estendia por 20 anos esse patrimônio para Minas. Por causa do senador Aécio Neves, ex-senador, agora presidiário, que está preso à noite, por fofocas que fez no PSDB e partidarismo, esse tal de Aécio Neves simplesmente fez com que Paraná, São Paulo e Minas Gerais não aderissem à medida provisória, que estendia por 20 anos, repito, essas usinas para o Estado de Minas Gerais. Mas preferiram a política do quanto pior melhor. É o que esse ex-senador, atual presidiário, sabe fazer. A única coisa que ele sabe fazer é jogar contra o patrimônio, jogar contra o dinheiro público, jogar contra o Brasil. Ele não aceitou perder as eleições; aí transformou o Brasil nesse inferno e se juntou com o traíra do Temer e com o ladrão do Eduardo Cunha. Os três deram esse golpe no Brasil para vender nosso patrimônio.

Entregaram, agora, as usinas da Cemig, assim como estão anunciando que vão entregar a Eletrobras. Já estão vendendo o pré-sal da Petrobras e já falam em vender o Banco do Brasil. Querem entregar até a Amazônia. É um entreguismo, é uma quadrilha entregando o Brasil. É um absurdo o que estamos vendo, essa aliança espúria que deu um golpe no nosso país. É o que estamos vendo, presidente.

Hoje é um dia triste, um dia em que Minas Gerais, infelizmente, está entristecida com uma política entreguista. Esse Temer, depois de dar o golpe, nem pisou em Minas. Ele nunca mais pisou em Minas, não gosta de Minas, não gosta dos mineiros. Não tem um ministro, não tem nada de Minas. Parece uma vingança porque o presidiário Aécio Neves perdeu as eleições para a Dilma aqui em Minas. Parece que é uma vingança: terra arrasada, tem de se acabar com o Estado.

É o que eles têm feito, e agora entregam a Cemig. Vão entregar mais o quê? É preciso haver uma reação do povo brasileiro a este governo golpista do presidente Temer. É preciso haver uma reação do povo brasileiro! Isso não pode continuar dessa forma. Está pedido o *impeachment* de Temer, e o povo tem de ir para as ruas. O povo brasileiro não pode ficar adormecido, esperando o Brasil ser entregue. O povo brasileiro precisa ir para as ruas, precisa se manifestar, precisa fazer greve. O povo brasileiro precisa se opor à entrega do País e à perda da soberania. E, além de atentar contra a nossa soberania, dia a dia este governo tira direitos do povo. Acabou, por exemplo, com a CLT, rasgou a CLT, coisa que nem a ditadura conseguiu fazer, retirando o que conquistamos na época de Getúlio Vargas. Agora, terceirizam tudo. Deputado Celinho do Sinttrocel, já falam em mexer de novo na previdência e acabar com a aposentadoria do povo brasileiro. É um governo que desmancha o País e acaba com o trabalhador e com todos os direitos do povo. É o que temos visto.

Dizem que o mineiro dá um boi para não entrar numa briga, mas dá uma boiada para não sair dela. Então, é a hora de o povo de Minas fazer isso e não reconhecer o que foi feito com a empresa Cemig, o que, aliás, é anticonstitucional. Esta Casa aprovou por unanimidade uma emenda à Constituição Mineira, proposta por Itamar Franco, que determina que, para se privatizar uma empresa, é preciso haver um plebiscito, um referendo, para que o povo diga se quer ou não a privatária. Mas não se fez isso agora, e estão privatizando por outras vias, vendendo, portanto, as concessões que Minas Gerais tinha. Um crime do governo Temer contra Minas Gerais. Um crime!

Aqueles que lutaram contra isso estão de parabéns e quero agradecer a eles: deputados estaduais desta Casa, que assinaram um manifesto contrário – obrigado a todos os deputados e deputadas; deputados federais que se empenharam nessa luta; Fiemg, que nela se empenhou muito; CUT; centrais sindicais; sindicatos; MAB; MST; governador Fernando Pimentel; todos que lutaram contra isso. Agradeço a todos, mas não podemos sair assim dessa briga. Então, estou marcando para segunda-feira uma reunião da Frente Mineira em Defesa da Cemig, que acabei coordenando, autorizado pelos deputados, aos quais agradeço mais uma vez. Estou marcando essa reunião para a segunda-feira e uma audiência pública, para que possamos debater os caminhos da Cemig e pensar em como reverter esse quadro.

Presidente, é um dia triste. Não estou aqui fazendo um desabafo, mas apresentando números: uma empresa que teve um lucro de R\$18.000.000.000,00 em sete anos e meio não poderia ter sido entregue ao capital estrangeiro ou a empresas estatais estrangeiras, ainda mais porque lida com algo estratégico para o nosso Brasil: energia e água.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Agradeço ao deputado Rogério Correia e o parabenizo pela defesa do povo de Minas Gerais. Essa é uma questão que vai muito além das diferenças políticas, ideológicas e partidárias, pois é de interesse público do povo de Minas Gerais. Portanto, quero deixar registradas a minha posição e a do deputado federal Weliton Prado. Participei da frente e acompanhei a mobilização contra a venda do nosso patrimônio, contra a venda das usinas. Acho um absurdo que se faça isso, que vai significar desemprego e prejuízo para os trabalhadores da Cemig e contas mais caras para o povo que já sofre e que será cada vez mais sacrificado. O pior é que falamos de um serviço essencial, o fornecimento de energia elétrica, que a partir de agora será tratado cada vez mais como mera mercadoria e especulado pelo mercado. E a lógica que vai prevalecer, deputado Rogério Correia, é a lógica do capital sacrificando o povo de Minas Gerais. É lamentável o que fez o presidente Temer que, na verdade, está fazendo com que as pessoas pobres, carentes e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais paguem a conta da crise, que não é da nossa conta.

Então, quero deixar o nosso repúdio e dizer que lutamos há muitos anos defendendo os consumidores de Minas Gerais e o patrimônio do Estado, tentando impedir a venda das usinas, não para defender a concessionária, mas para defender, acima de tudo, o direito dos consumidores do Estado de Minas Gerais.

Defendemos que temos de ter um sistema elétrico que permita a modicidade tarifária, tarifas mais baratas e um serviço de qualidade. É lamentável a venda do nosso patrimônio. Realmente, deputado Rogério Correia, temos de lutar, resistir com essa frente e continuar lutando para que possamos defender o nosso povo.

Quero aqui deixar o nosso posicionamento e dizer que iremos acompanhar essa mobilização e esse processo. Obrigado, deputado.

O deputado Rogério Correia* – Obrigado, deputado Elismar Prado.

Presidente, só tenho 12 segundos, quer dizer 14 segundos, para dizer que isso foi um escárnio para o povo mineiro e o povo brasileiro. E eu peço ao povo mineiro e ao povo brasileiro que se unam agora em torno de uma bandeira: Fora, Temer! Eleições gerais já!

Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Sr. Presidente, deputados e deputadas presentes, telespectadores da TV Assembleia, venho novamente a esta tribuna para falar sobre uma audiência pública que realizamos ontem na Assembleia Legislativa, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, onde tratamos de temas importantíssimos: a duplicação da BR-381 Norte – a rodovia da morte – e a ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, interditada há mais de cinco anos. Ambas as obras, tanto a da BR-381 Norte, quanto a da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, são de responsabilidade do Dnit, do governo federal. Há décadas e décadas essa duplicação vem sendo reivindicada, em razão do índice de acidentes, de fatalidades, do prejuízo que o nosso estado tem

por falta dessa duplicação, principalmente porque ela está comprometendo o desenvolvimento do Vale do Aço, do Leste de Minas, de todo o nosso estado.

Foi uma audiência muito participativa, onde estiveram presentes o vice-presidente da Fiemg do Vale do Aço, vários deputados e uma deputada desta Casa e também o representante da Empresa Construtora Brasil, que vem realizando as obras de duplicação da BR-381 Norte. Uma audiência importante, uma audiência que, de certa forma, marcou a necessidade do debate em torno de ambas as obras. O ponto mais forte, que marcou todos os presentes – prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, presidente de câmara –, foi a necessidade de todas as forças políticas de Minas, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, governador do Estado se empenharem para garantir os recursos necessários para a duplicação da BR-381.

Temos ouvido alguns rumores de que está faltando empenho para os meses de outubro, novembro e dezembro, mas já tínhamos contatos com o deputado federal, vice-presidente da Câmara, Fabinho Ramalho e também com o ministro dos Transportes, e ambos, há pouco tempo, garantiram que não faltaria recurso.

Mas, na realidade, a audiência propôs a unidade de força para que as obras da BR-381 não sofram paralisação. É a rodovia, é a BR, é a estrada mais importante de Minas, e precisamos garantir todos os recursos para que a obra não venha a ser paralisada. Ali assistimos a depoimentos fortes de vários prefeitos, de vários deputados, e não pode faltar recurso para essa obra. Ali conclamamos todos os parlamentares de Minas, todas as forças políticas, para que possamos formar uma comissão composta por todas essas lideranças – governo do Estado, prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais –, para irmos a Brasília e garantir os recursos para a continuação das obras da BR-381, tanto no ano de 2017 quanto em 2018. Essa é uma forma de defender os interesses de Minas, é uma forma de trazer para Minas os investimentos necessários do governo federal para uma obra tão reivindicada. E aqui temos de ficar alertas, com um acompanhamento permanente de toda essa obra. O nosso objetivo é fazer com que o governo federal garanta os recursos necessários para a continuidade da duplicação da BR-381.

Para se ter uma ideia do que foi debatido naquela audiência pública de ontem, nos trechos de Antônio Dias até o Ribeirão Prainha, próximo à chegada a Nova Era, o Lote 3.1, e o Lote 7, que liga Caeté até Barão de Cocais, até agora, em 2017, foram executados em torno de R\$135.000.000,00, e ainda há o planejamento de outros R\$130.000.000,00 para este ano. As obras previstas para os lotes, em 2018, demandarão recursos da ordem de mais de R\$500.000.000,00. E a nossa audiência pública teve esse caráter de debater e pressionar, para que o governo federal não venha a paralisar as obras, não faça corte do orçamento com relação à duplicação da BR-381. Isso para nós é muito importante.

No Vale do Aço, onde há as maiores usinas siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas, Aperam, Cenibra-Celulose –, com certeza a falta da duplicação da BR-381 vem trazendo retrocesso e até dificultando mais investimentos. Como parlamentar eleito, no segundo mandato, e por ter, inteira, uma base eleitoral muito forte, estamos atentos. Vim novamente à tribuna, na Casa, para fazer esse apelo ao governo federal, para que não faça corte e garanta os recursos necessários para a duplicação da BR-381.

O mesmo apelo estamos também fazendo ao ministro dos Transportes, para que possamos ter a garantia da execução da duplicação da BR-381. Sabemos que, desses dois lotes que estão em andamento, quase 45%, 50% do cronograma já foram executados, mas ainda há muita obra a se fazer. Mas, além de assegurar esses recursos, queremos mais recursos, porque a Empresa Construtora Brasil está preparada para dar um volume muito maior a essas obras e garantir, com mais celeridade, a duplicação da BR-381 Norte.

Outro ponto tratado nessa audiência pública, além da questão da BR-381 Norte, foi a questão da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, que está interdita e, há mais de cinco anos, está prejudicando a população. Já houve quatro licitações, mas todas desertas, com fracasso. A falta da reconstrução dessa ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo coloca a vida das pessoas em risco. Este ano, deputado Geraldo Pimenta, tivemos a perda de duas vidas. Trabalhadores sofreram acidentes fatais nessa ponte. Além

desses acidentes fatais, com perda de vidas, tivemos também outro acidente, em que um trabalhador rodoviário, de outro estado, colidiu com os obstáculos do meio da ponte e caiu dentro do Rio Piracicaba.

Temos chamado a atenção do Dnit e pedimos que resolvam, de fato, a situação da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo. Tantos superintendentes já passaram pelo Dnit e não resolveram o problema da ponte! Foi anunciado, ontem, nessa audiência pública, um comunicado do Dnit, que até estava ausente, mas mandou uma informação à Comissão de Transporte de que, em breve, em outubro, será publicado um novo edital de licitação. Esperamos que essa licitação que o Dnit está colocando na praça, que será publicada, não seja novamente deserta, que ela não fracasse novamente. Que possa ter empresas interessadas em realizar a obra da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, que está, há cinco anos, interdita. Temos de fazer todo esforço, todo entendimento, até mesmo para que empresas da região do Vale do Aço, que têm toda *expertise*, todo o *know-how*, como a Usimec e a Emalto, possam participar dessa licitação e concluir a obra.

Esperamos que o Dnit tenha feito o anteprojeto dessa ponte, justamente para que o edital não fracasse. Temos, insistentemente, conversado com a Superintendência do Dnit em Minas, buscando esse compromisso. Quantas visitas técnicas foram feitas em nossos mandatos, quantas audiências públicas foram realizadas aqui, na Assembleia Legislativa, para colocar fim a essa situação que perdura há mais de cinco anos. Mas, nós, do Vale do Aço, e especialmente a população dos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo vimos cobrando, insistentemente, para que a gente possa, de fato, resolver essa situação. É uma boa notícia, um bom comunicado de que estamos próximos dessa licitação, mas temos de continuar atentos para que ela não sofra nenhum prejuízo, com fracasso ou que ela possa ser deserta. É o apelo que fazemos, é o apelo que levamos novamente à Superintendência do Dnit em Minas Gerais, porque já nem sei quantas vezes estivemos em Brasília e quantas promessas foram feitas. Mas que agora, de fato, possa ser colocado um fim a essa situação.

Temos a oportunidade de comunicar a todo o povo mineiro, especialmente ao povo do Leste, do Vale do Aço, que a audiência pública que realizamos ontem nesta Casa foi muito prestigiada por muitos parlamentares e lideranças políticas, que, de certa forma, buscam solução para duas grandes obras que estamos trabalhando aqui, na Assembleia, para que possamos ter a solução definitiva.

Não poderia deixar de fazer, neste último momento, com o tempo já quase finalizando, o meu protesto pelo leilão das quatro usinas hidrelétricas de Minas Gerais que foram leiloadas hoje. A nossa tristeza também tem de ser registrada. Mais uma vez, este governo entreguista, este governo que está entregando o País para a China, para a Europa e para os estrangeiros, entrega agora essas quatro usinas nesse leilão. E acham que estão tendo um grande avanço, mas é um retrocesso enorme para todos nós, mineiros. Ficamos chocados. Ficamos, de certa forma, indignados com essa postura deste governo que só vem fazendo com que a população pague as contas deste mau governo.

Já estão propondo, aliás já fizeram a reforma trabalhista. Como diz o deputado Rogério Correia, rasgaram a CLT e vêm com a proposta da reforma da previdência, que só vai prejudicar e acabar com a previdência pública; também já anunciaram todo o processo de entrega da Eletrobras, como também anunciaram e propuseram a entrega da Amazônia. Estão entregando o País, e não poderíamos ficar aqui calados diante desse acontecimento muito triste, lamentável, que foi a venda dessas usinas daqui, de Minas Gerais.

Deixo registrada a nossa indignação, do nosso mandato, do deputado Celinho do Sinttrocel, que tem origem como sindicalista. Cheguei a esta Casa defendendo trabalhador, então não posso, de maneira nenhuma, me calar diante de tal fato. Precisamos implorar também ao povo brasileiro e ao povo mineiro: vamos às ruas. Vamos às ruas para que paralise essa entrega do nosso país, porque o Brasil é de todos nós, não deste governo ilegítimo, deste governo golpista, deste governo que nem votado foi, mas que está passando o nosso país para os europeus, para os chineses e para os estrangeiros. Deixo aqui o meu protesto. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Antes de começar, concedo um aparte ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Gustavo Valadares, realmente estamos muito impressionados com o nosso país. Estou vendo a Vale do Rio Doce explorando minério em Minas Gerais e em Carajás. Estamos vendo este governo que temos aí, um governo de um ex-presidente condenado, na sua primeira ação, há nove anos, e sua turma, o Sr. Antonio Palocci, que ontem nos brindou com a informação de como era o governo desse senhor que foi condenado. Não conseguiram acabar com a Vale, mas acabaram com a Petrobras, acabaram como o fundo Petros, que é o dinheirinho dos funcionários de lá para se aposentarem. Que reforma dura foi essa que fizeram, tirando os recursos da Petrobras ou dos Correios. Os coitados dos funcionários dos Correios terão de contribuir com bilhões de reais, que sumiram pelos sindicatos que fizeram a reforma trabalhista do fundo Postalís. Coitados também dos funcionários da CEF, pois este governo meteu a mão, de todo jeito, no Funcef, acoplado com os sindicatos do ex-presidente Lula, da ex-presidente Dilma e agora do vice.

Eu não votei nesse senhor Temer. Quem votou nele foi quem votou na Dilma, que quebrou todo o sistema elétrico brasileiro. Ela, para tentar ser reeleita, acabou dando um jeito de abaixar, ficticiamente, as contas da gasolina e da energia elétrica. Estou vendo, agora, Gustavo Valadares, os funcionários da Cemig morrendo de medo dos sindicatos mais ligados ao PT, de eles tomarem conta do Fundo da Forluz.

Houve eleição em 2015, e, na hora em que eles viram quais eram as pessoas que queriam tomar conta da Forluz, votaram na outra chapa para cuidar adequadamente. Suspeita-se, violentamente, que este governo do PT, que segue o governo de Brasília, que segue a ideia do Sr. Antonio Palocci, do ex-presidente Lula e da Dilma, acabou com nosso sistema elétrico. A Dilma, que poderia ter resolvido o problema das usinas da Cemig, não quis resolver. Da mesma maneira, vieram o Lula e a Dilma aqui, durante 12 anos consecutivos, para poder dar ordem de licitação da BR-381, e não fizeram um palmo para isso. Mas eles fizeram alguma coisa, porque o vice da Dilma fez agora 2km. Está pouco? Vamos ver se faz mais.

Esse pessoal, em 13 anos, não fez nada, a não ser acabar com a Petrobras e passar a dívida brasileira de R\$60.000.000.000,00 para R\$3.000.000.000.000,00, com 14 milhões de desempregados. De maneira que é isso que vemos, o condenado a nove anos, Lula, fazendo essas maldades todas aí. A Dilma acabou com o setor elétrico, e a patota está acabando com a Petrobras, com a Eletrobras e com tudo isso. Estamos vendo essa situação. Realmente, está muito ruim, muito difícil a situação.

Em outra hora, para não atrapalhar o senhor, vamos falar o que eles estão fazendo aqui em Minas Gerais. Chegou um deputado ali da base, agora mesmo, e me disse: “Arlen, quem está soltando essa calúnia, que o governador do PT deve em torno de R\$6.000.000.000,00 para os hospitais e para as prefeituras?” Eu falei com ele que acho que é o próprio governo, porque se, pagasse, não haveria isso. Se pagasse o salário das professoras, em uma parcela, como foi pago no tempo do Aécio e do Anastasia, não haveria essa calúnia. Se fosse pago também o salário dos policiais militares que arriscam a vida, dos policiais civis, de uma só vez, seria dessa maneira. Então vemos que esse partido acabou com a Petrobras, com a Eletrobras, com o País. São 14 milhões de desempregados, e aumentou-se a dívida pública para mais de R\$3.000.000.000.000,00, fazendo a alegria dos banqueiros. Esse partido está fazendo em Minas Gerais a mesma coisa.

Atenção, funcionário da Cemig, fique de olho na Forluz, porque se esse pessoal conseguir colocar as mãos lá, vão fazer como fizeram com a Petrobras, com a Funcef e com o Postalís. Muito obrigado, deputado Gustavo.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, nobre Gustavo Valadares, pude ouvir aqui o discurso desesperado do nosso 1º-secretário, do Partido dos Trabalhadores, e gostaríamos, como diria o petista de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, de rebater a turma da seita, aqueles que acreditam que o Sr. Luiz Inácio é o faraó, o deus encarnado como rei aqui no Brasil, aqueles que o seguem divinamente e que acham que ele não passa de um santo, de um grande benfeitor e que é capaz de tirar os pobres da vida de pobreza.

Estamos vendo os seguidores da seita, como disse o Palocci, subir aqui e espernear, esquecendo-se de que ficaram 14 anos no poder e fizeram leis. Quem disse que as hidrelétricas são da União foi Dilma Rousseff, quando estava no poder. Ela começou a sua carreira, no primeiro governo Lula, como ministra de Minas e Energia. Foi chefe da Casa Civil e presidente da República. Coordenou esse setor por 14 anos, quis baixar a energia por decreto, não preparou o sistema elétrico brasileiro, portanto não tem plano de nada. Não passa de uma guerrilheira, uma chiliqueira, uma presidente que quebrou o Brasil. Não tinha preparo para nada. Na Cemig, uma pessoa que não troca lâmpada vira diretor de distribuição. Não troca lâmpada, não entende nada de eletricidade. Dá dó de ver esse presidente da Cemig falando. Não entende nada. Não preparou a empresa e não tem visão estratégica. Querem administrar uma empresa em pleno século XXI como se administrava no século XIX.

Este governo que está aí não preparou a Cemig para nada. Agora está chorando o leite derramado. Não há dinheiro. Ou vai tirar dinheiro do governo do Estado para passar para a Cemig para comprar essas usinas que pertencem à União? Foi a Dilma que criou esse modelo energético. O próprio STF disse que são da União.

Então, se se esgotou a questão na Justiça e foram vendidas, queremos saber como vai ser feito. O Brasil está quebrado em função desses que estão aí no governo há 14 anos. Eles mesmos assassinaram o Estado brasileiro. Tiraram a capacidade do Estado de fazer programas sociais, de fazer investimentos. Qual a solução para a Cemig? Quem vai emprestar dinheiro para ela comprar usina? Ninguém. O que devia ter sido feito lá atrás, se o modelo ia ser estatal, era preparar esse modelo de transição. Deveriam ter feito *joint venture* da Cemig com os chineses. Estão metendo o pau neles, mas eles têm US\$4.000.000.000,00 em conta. Enquanto temos quase R\$4.000.000.000,00 de dívida interna, eles têm US\$4.000.000.000,00, o que daria mais de R\$12.000.000.000,00. Eles têm quase quatro vezes a dívida pública brasileira de reserva no caixa.

Lembro aos senhores que, em 1986, na abertura política do Brasil, a China era mais pobre que o Brasil; em 1990 também era. Era pobre porque seguia Mao Tsé Tung, Marx – o que pregam a Beatriz Cerqueira e o Rogério Correia. Enquanto não se rasgou isso, pôs fogo nesse comunismo, nessa porcaria de esquerda, o país que era mais pobre do que o Brasil não dava certo; hoje tem US\$4.000.000.000,00 depositados, ou seja, R\$12.000.000.000,00, quatro vezes a dívida pública interna brasileira. Vejam que em 1986 e 1990 era mais pobre que o Brasil. No dia em que deixou a turma do Mao, do marxismo, do comunismo e privatizou, abriu para o capital internacional, em que rasgou as leis trabalhistas e ambientais, tudo, virou o que é e vai dominar o mundo. Vai comprar tudo mesmo, pois o Estado brasileiro está quebrado.

As empresas brasileiras são raquíticas em sua grande maioria, porque de um lado pagam altos impostos e do outro pagam altos juros. Não há condições de serem fortes. E os chineses estão capitalizados. O Brasil não tem dinheiro para colocar na construção civil, no setor energético, no setor de transportes, enfim, não tem dinheiro para nada. É um governo que gasta R\$150.000.000,00 e deve R\$4.000.000.000,00 ao mercado. Quebram o governo, levam tudo à falência e depois dizem que os outros estão entregando e vendendo o Brasil. São eles que entregaram o Brasil pela má administração e pela incompetência. Foram eles que destruíram um país que em 1990 era mais rico do que a China e hoje é bem mais pobre. Se deixar, hoje a China compra o Brasil inteiro. Essa é a verdade. Compra porque o chinês se levanta às 8 horas e trabalha até as 20 horas. A jornada de trabalho é de 12 horas. Não há ninguém dando-lhe chicotada, não. O brasileiro tem de parar de reclamar e falar mal dos outros. Fui lá e vi camelô, autônomo chegar às 11 horas e sair 24 horas do serviço da rua. Não havia ninguém lhe dando chicotada. Chinês trabalha, e trabalha duro! É por isso que têm US\$4.000.000.000,00. Não há essa conversinha.

O partido lá é ditatorial, sim, porque herdou essa forma de governo. É uma ditadura. Já imaginaram se pudessem soltar o povo do campo para ir para as cidades? Quantas rocinhas há em Pequim? Cerca de 3 milhões de habitantes.

Aí não arrumava aquilo nunca, porque os militares brasileiros foram frouxos e deixaram o povo vir de caminhão de pau de arara a rodo e encostar no Rio de Janeiro, nas capitais brasileiras, nessas enormes favelas ingovernáveis, inadministráveis, para fornecer mão de obra barata a fim de subir os prédios de Lourdes, de Copacabana, do Leblon, do Morumbi, do Jardim Paulista em São

Paulo; do Rio, de Belo Horizonte, de Recife. Faliram o País com esse sistema habitacional de favela. Jogaram o povo para ter mão de obra barata para as construtoras. Isso foi culpa dos militares. Era um poder total. Aí fica esse povo do PT com discurso antigo dos militares. Entreguismo é discurso do Gen. Ernesto Beckmann Geisel. É o mesmo discurso do deputado Rogério Correia e da Beatriz Cerqueira. É o mesmo discurso sobre os interesses nacionais, sobre a estratégia nacional. É o mesmo discurso que não deu em nada, que faliu o Brasil. Eles destruíram o Estado brasileiro em 14 anos. Faliram as contas públicas do povo brasileiro por 20 anos. Isso aí não fecha mais. Deixaram de fazer as reformas, só pensaram em eleição e explodiram a Cemig e muitas outras coisas, como a Petrobras, o pré-sal. Acabaram com tudo nos últimos 14 anos. São irresponsáveis. Acho o governo do Pimentel perdido, com pessoas que não têm competência; governo fraco, ruim e que, sem dúvida, vai levando a isso aí.

Este presidente da Cemig vai à televisão e ao rádio falar que a Cemig está falida. Onde já se viu um presidente de uma estatal falar no rádio e na televisão que a Cemig está falida? O cara anuncia sua própria desgraça para o mundo inteiro, conta para os chineses, para os franceses, para o italiano na rádio e na televisão: “A Cemig está quebrada. Ela deve tanto”. Ele alardeia. Parece mais um petista de palanque. Realmente é um palanqueiro sindical. Sei lá de onde vem esse cidadão. É algum desses que o PT cata da companheirada por aí para enfiar na presidência de uma estatal, igual fizeram com a Graça Foster, que não sabia de nada, que não viu nada.

Quebrou tudo, destruiu tudo. A Graça Foster realmente não faz nada. Quebrou a Petrobras. Não viu nada. A Dilma, no conselho da Petrobras...

Esse povo é triste. Eles sabem é fazer discurso e prometer coisas para os mais humildes, é enganar os mais humildes. É uma vergonha. Aí chega aqui e quer falar dos governos Anastasia e Aécio, que pagavam em dia; governos em que a Cemig estava bem e o presidente Djalma Moraes não ia para a televisão e para o rádio dizer que a empresa estava quebrada. Parece um papagaio de pirata repetindo isso em tudo quanto é lugar. Parece aqueles papagaios que repetem. O cara é o presidente da empresa. Quem vai acreditar nessa empresa? O que vai acontecer com ela na bolsa de valores? Vai para o vinagre. É um despreparo. Está mais para sindicalista que para presidente de uma empresa S.A. Lamento essa vergonha.

O deputado Gustavo Valadares* – Vou fazer as minhas despedidas. Dizem que uma vez o Hélio Garcia foi inaugurar uma obra e não queria fazer discurso, mas eles insistiram: “Não, governador, o senhor tem de subir no palanque e fazer um discurso”. Insistiram, insistiram, insistiram e o homem subiu no palanque e falou o seguinte: “Está inaugurado”. Desceu e foi embora. Isso é o que vai acontecer comigo aqui. O tempo era meu. Os 15 minutos foram embora, mas, pelo menos, uma boa tarde eu vou deixar.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputados, deputadas, telespectadores que nos acompanham nesta tarde pela TV Assembleia, hoje talvez seja um dos dias mais tristes na história de Minas Gerais. O governo Temer, governo ilegítimo, governo que destituiu uma presidenta eleita, efetivou o leilão de quatro usinas operadas pela Cemig.

Histórica Cemig, Centrais Elétricas de Minas Gerais, tão respeitada e valorizada, tão presente na história econômica, social, política e cultural dos mineiros e responsável pela operação, no caso dessas quatro usinas, de 50% de nossa energia.

Esperávamos que o governo federal tivesse capacidade de diálogo, que tivesse uma compreensão maior da importância desse setor estratégico para as economias mineira e nacional. A busca de negociação com o governo federal e a reversão do leilão tiveram aspectos jurídicos e também políticos de uma unidade pouco vista nos últimos anos em Minas, porque a defesa da Cemig e das usinas não se restringiu apenas ao PT ou ao governador Fernando Pimentel. Mobilizou trabalhadores, empresários, movimentos sociais e parlamentares que não são da base do governo mineiro – pelo menos parcela desses parlamentares, porque o que estava em jogo era o fortalecimento da Cemig, o que estava em jogo era a defesa do consumidor mineiro. Talvez esse seja um aspecto que esteja passando despercebido.

A privatização de áreas estratégicas como água e energia diz respeito a direitos básicos de cidadania: o acesso à energia, que move a economia, é um direito inalienável do cidadão, como também à água, que é vital para a dignidade humana e para o sagrado direito humano à alimentação e à saúde. Quando rechaçamos a lógica de mercado e privatista nessas áreas estratégicas, não é por uma questão de dogma, de doutrina, mas de afiançar e de garantir a dignidade humana. É evidente que avançamos muito em nossa visão de sociedade por considerar que alguns setores não devem ficar nas mãos do Estado, sob a responsabilidade do Estado. Não faz sentido o Estado tomar conta, por exemplo, de hotéis, como tomava. Em outras áreas há convivência entre o público e o privado: a área de logística e a própria saúde, preservando o acesso universal, de quem precisa, ao sistema público. Mas a oferta do serviço pode ser complementada pelo setor privado, como é agora. Até na assistência social sem fins lucrativos há espaço para o setor privado, desde que o cidadão pobre não utilize de maneira contributiva esse serviço, e que o acesso seja universal. Quando defendemos aqui a operação da energia nas mãos da Cemig, é porque não queremos deixar Minas Gerais e o consumidor reféns dos interesses e de uma lógica pura e exclusiva de mercado.

Ouvi aqui as críticas à ex-presidenta Dilma em relação à Medida Provisória nº 579. O que a presidenta queria era que o brasileiro tivesse um acesso mais universal, mais possível e mais barato à energia.

Quando ela abriu as portas para negociação com as empresas estatais que operavam essas usinas concedidas pelo governo federal, propôs a possibilidade de renovação da concessão sob determinadas condições. E Minas Gerais, em função da picuinha política, da disputa menor, não aderiu à Medida Provisória nº 579. O governo anterior ao nosso, em Minas, não aderiu à Medida Provisória nº 579, porque não criou condições e transformou a questão numa picuinha política, perdendo a dimensão de que lá na frente isso poderia trazer a necessidade de um diálogo com outras bases.

Infelizmente, o governo federal foi tomado por forças conservadoras que estão querendo, sob a manta, sob a égide do ajuste fiscal, nada mais nada menos que arrecadar recursos para distribuí-los e evitar que a denúncia contra o presidente, a segunda, como foi com a primeira, seja acolhida no Congresso. Vocês acham que o presidente Temer está preocupado, como estadista, com o futuro do País, com as bases energéticas? Ele está preocupado em salvar a sua própria pele e fazer caixa. Ele fez um leilão para isso. Ele não quis negociar. Só que o reflexo será percebido na conta do consumidor, na conta do mais pobre, na conta do usuário, na conta da economia mineira, na conta do enfraquecimento de um dos maiores patrimônios da nossa economia e da nossa história, a Cemig. É uma medida a ser lamentada. É uma medida que traz indignação para todos nós.

Sei que aqueles partidos e parlamentares que hoje defendem o governo Temer, que ontem não aderiram à Medida Provisória nº 579, ficam sem argumentos. Vejam que o desrespeito do governo Temer com Minas não se restringe a isso. É a primeira vez na história que Minas Gerais não tem sequer um ministro ou uma ministra. O presidente Temer não tem coragem de vir a Minas Gerais. Será que Minas está tendo o respeito que merece do governo federal? Minas Gerais precisa ter consciência de que o governo ilegítimo solapa o patrimônio público. Esse solapamento pode resultar em conta de luz mais alta para o usuário e para o consumidor.

Amanhã, dia 28, teremos um dia de luta em defesa do Sistema Único da Assistência Social – Suas –, porque esse mesmo governo golpista está cortando 98% do orçamento da Assistência Social. Não me enganei em relação aos números, são 98% do orçamento da Assistência Social. De um orçamento de R\$3.000.000.000,00, o governo Temer está colocando R\$78.000.000,00, metade do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Isso vai significar o fechamento do Centro de Referência da Assistência Social. Isso vai significar a demissão de trabalhadores e de trabalhadoras do Suas. Isso vai significar prejuízo para milhões de pessoas que dependem do Bolsa Família, do benefício de prestação continuada. Este é o governo ilegítimo, que alguns parlamentares aqui ainda vêm defender. Não vou ficar olhando pelo retrovisor, não vou entrar naquele debate sobre a medida provisória, vou entrar no debate atual: por que o governo federal não negociou com a Cemig? Ele sabe da importância dessas usinas na operação de energia em Minas Gerais.

A Cemig não queria nada de graça! Foi feita a tentativa e, diga-se de passagem, uma tentativa suprapartidária. Isso não foi transformado em bandeira partidária, por mais empenhados que estivessem e estejam o governador e a própria Assembleia Legislativa, que integrou e coordenou, na pessoa do deputado Rogério Correia, uma Frente Mineira em Defesa da Cemig – manifesto que praticamente todos os deputados assinaram. Então, não se trata de falar neste momento do modelo da China. Mas aproveito para dizer ao deputado Felipe Attiê que uma das empresas que ganhou o leilão é chinesa, mas é estatal. Ou seja, foi a parte de inspiração maoista que conseguiu participar do leilão do Temer e ganhar; foi a parte maoista, porque se trata de uma empresa estatal da China. Aliás, como é também estatal a da França, se não me engano. Isso é para que vejamos a importância que esses países imputam ao controle e à operação de áreas estratégicas, como água e energia.

Mas quero dizer que este desgoverno Temer, essas medidas privatistas, esse desrespeito com Minas Gerais e o dia de hoje não são a última página da história. A história não vai acabar no dia de hoje, nem a luta de Minas ou a defesa da Cemig. É um fato grave, sim, porque vai repercutir principalmente na conta de luz do consumidor. E peço ao consumidor que se lembre do Temer e dos partidos golpistas, daqueles que sustentam o governo Temer, quando as consequências vierem. Mas não vamos esperar as consequências de braços cruzados. Vamos virar essa página da história; vamos retomar o ciclo do desenvolvimento econômico e social, com a distribuição de renda dos anos Lula e Dilma, corrigindo os erros e avançando ainda mais, porque está demonstrado que o passo atrás, que o retorno ao passado que Temer e seus aliados trouxeram ao País não é o caminho para um país justo, soberano e digno, que respeite os cidadãos, principalmente aqueles mais pobres.

Então, lamento que estejamos nesta tribuna para registrar a nossa indignação. Gostaríamos de estar aqui para falar aos mineiros e mineiras: que bom que prevaleceu o diálogo, que bom que prevaleceu o interesse de Minas, que bom que o governo Temer e seus aliados não discriminaram um estado tão importante como o nosso, que bom que prevaleceu o bom senso. Mas não foi isso o que aconteceu. Prevaleceu a sanha privatista; prevaleceu a necessidade de curto prazo de o governo federal arrumar recursos para segurar a segunda denúncia no Congresso Nacional; prevaleceram os interesses de mercado; prevaleceu o interesse político em prejudicar o governador Fernando Pimentel e o nosso governo em Minas. O problema é que eles estão prejudicando todos os mineiros e todas as mineiras.

Mas ficam o exemplo e a luta política, porque vamos virar essa página nefasta da história do nosso Estado de Minas Gerais, elegendo no ano que vem para governar o Brasil, com o voto dos mineiros e das mineiras, um governo diferente, um governo federal que respeite os cidadãos e o Estado e que, em parceria com o Estado, faça Minas Gerais avançar ainda mais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Isauro Calais – Cumprimento o Sr. presidente, Dalmo Ribeiro Silva, os Srs. deputados, o meu querido Pimenta, o meu Professor Mourão, o Gustavo Valadares, o Quintão e os funcionários da Assembleia Legislativa, que não canso de elogiar. Batemos a cabeça aqui e acolá, numa comissão ou no Plenário, em qualquer canto da Assembleia Legislativa, mas os funcionários estão aqui para nos dar suporte e para nos ajudar. Então, a esses bons e competentes funcionários, a minha saudação. Quero cumprimentar ainda os nossos telespectadores da TV Assembleia; o vereador Geraldo Célio, de Goianá, que está aqui, na Assembleia Legislativa; o Maurício, esse jovem prefeito de Chiador, que está transformando o município; os meus colegas defensores públicos, que estão aqui capitaneados pelo nosso amigo Gérrio.

André, venho com a mesma tristeza de V. Exa. e dos deputados que estiveram nesta tribuna lamentar o que o governo federal fez com Minas Gerais. Vou ler um trecho: (– Lê:) “Itamar diz que Furnas não será privatizada. Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, desafiou hoje o presidente Fernando Henrique Cardoso ao dizer que não permitirá privatização de Furnas Centrais Elétricas, cuja principal represa se localiza no sudoeste do Estado. De manhã, durante a apresentação do plano de ação do governo, Fernando Henrique afirmou que privatizaria a empresa. E o governador Itamar Franco disse: ‘Minas levantará mais uma vez a sua bandeira contra esse esquiteamento’. Afirmou o nosso saudoso governador e presidente do Brasil.”

Como foi dito aqui pelo colega Bonifácio Mourão, se Itamar estivesse vivo, com certeza morreria ao ver este governo que não me representa. O governo do PMDB não me representa, o governo do PMDB que quer tirar direito do trabalhador, o governo do PMDB que quer fazer uma reforma da Previdência sem discutir com o cidadão que paga por ela. Cidadãos, trabalhadores que pagaram anos e anos que “teriam” que trabalhar mais 10, 15, 20 anos para terem o direito à aposentadoria. Mas, felizmente, com a impopularidade desse presidente, não vamos ver essa maldita reforma pretendida por ele ser aprovada lá no Congresso Nacional.

Portanto, é isso que o governo federal tem feito com o brasileiro, deputado André Quintão. É o que ele vem fazendo no decorrer desses meses em que está presidindo o País. Como eu disse, não quero entrar no mérito se é golpista ou se não é golpista, mas a verdade é que ele não me representa, não foi ungido pelo voto popular, mas está lá para tirar direitos do trabalhador, está lá para impor uma reforma da Previdência goela abaixo do povo brasileiro, e não podemos permitir isso. E é esse mesmo governo, deputado e Professor Mourão que, junto com alguns parceiros de Brasília, também querem enfiar goela abaixo do povo brasileiro uma cota, vinda de dinheiro público, para financiar campanha política.

Ora, por que não tira de todos os parlamentares? Por que não tira 5% de todos os detentores de mandato no Brasil para ajudar, para patrocinar, para fazer uma campanha eleitoral? Mas, não. Eles querem tirar dinheiro que vai para hospital, querem tirar dinheiro que vai para estrada.

Temos hoje, em Juiz de Fora – e não me canso de dizer – um prefeito competente, o Bruno Siqueira. Ele é jovem, trabalhador, sério e, sem dinheiro, está mantendo as contas do município em dia, com três convênios de UBS e um hospital para serem feitos.

Com esse recurso que querem jogar para a campanha eleitoral, poderiam muito bem fazer hospitais aqui e acolá, ajudando a saúde do povo brasileiro. Então sou contra também.

E, nesta manhã, o Brasil recebe essa notícia de que o capital chinês e o capital italiano tomam-nos, por uma bagatela de R\$12.000.000.000,00, quatro importantes usinas que abastecem a Cemig. Isso é muito sério, é um desrespeito com Minas Gerais. Todos os deputados desta Casa se envolveram na busca de entendimentos para que essas usinas permanecessem no controle da Cemig. Além deles, os deputados federais, os três senadores, o governador Pimentel, a sociedade civil organizada, que se mobilizou, a imprensa. Mas o governo Temer se lixou para Minas Gerais. O pedido de Minas não foi atendido, e agora há 53 deputados em Brasília. É pedir aos nossos deputados federais que votem para que o Supremo possa investigar o presidente Temer, não deixem que o presidente não seja investigado. É a resposta que Minas tem de dar. É cobrar desse presidente que está se lixando para Minas Gerais, maltratando Minas Gerais. E temos exemplos de bons deputados. Há lá o deputado Rodrigo Pacheco, que tem feito um excelente trabalho presidindo a CCJ. Enfim, é preciso cobrar dos nossos deputados que votem para que o presidente do Brasil possa ser investigado. Ele tem de ser investigado. Com o que está fazendo com Minas, isso é o mínimo que os deputados mineiros podem e devem fazer para o presidente Michel Temer. Que ele seja investigado.

Lá atrás o Fernando Henrique queria privatizar Furnas. O Itamar brigou, Minas brigou, a bancada mineira no Congresso brigou, e conseguimos manter Furnas e o controle da Cemig. E agora estava todo mundo brigando, todos os políticos de Minas Gerais, mas o Michel Temer ignorou solenemente o pedido de todos os segmentos de Minas Gerais e vendeu, por uma bagatela de R\$12.000.000.000,00, quatro importantes usinas da Cemig.

Não tenho dúvida de que isso vai desencadear aumento na conta de luz. Ninguém tem bola de cristal, ninguém aqui é parceiro da Mãe Dináh, mas a iniciativa privada tomando conta dessas usinas vai vender caro a energia para a Cemig, e, conseqüentemente, isso virá na conta de luz do cidadão mineiro.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este momento de protesto dos deputados que vieram a esta tribuna, este momento de protesto nosso, em homenagem inclusive ao ex-presidente e ex-governador Itamar Franco, que brigou por Furnas, que

brigou pela Cemig, que estaria muito entristecido na tarde de hoje, se estivesse vivo, vendo a nossa Cemig ser esquartejada, como queriam fazer com Furnas e com a Cemig em 2001.

É lamentável, Sr. Presidente. Venho a esta tribuna num momento triste. É muito bom vir a esta tribuna para falar de coisas boas do nosso estado, mas hoje o momento de tristeza é para todos os mineiros, acho que para todos os políticos, todos os segmentos empresariais, para a sociedade civil organizada de Minas Gerais, para o povo mineiro, vendo quatro hidrelétricas, quatro usinas importantes da Cemig, a Cemig ser esquartejada e vendida para o capital chinês. Infelizmente é o que se pode esperar de um governo que se lixa para Minas Gerais. E Minas Gerais tem de dar o troco.

É o que queríamos nesta tarde, deputado Bonifácio Mourão, presidente Dalmo Ribeiro Silva. Muito obrigado.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 4/7/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/7/2017, na pág. 14, onde se lê:

“9ª”, leia-se:

“8ª”.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/7/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/7/2017, na pág. 4, onde se lê:

“10ª”, leia-se:

“9ª”.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 1º/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/8/2017, na pág. 4, onde se lê:

“10ª”, leia-se:

“9ª”.

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2017, na pág. 31, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 8.906/2017, onde se lê:

“ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para inclusão do Município de Medina no programa Mais Asfalto para atendimento de pavimentação de vias.”, leia-se:

“à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências com vistas à adoção de urgentes medidas preventivas, a fim de que seja assegurado o abastecimento de água para a população do Município de Medina.”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/10/2017, na pág. 43, na assinatura, onde se lê:

“Ulysses”, leia-se:

“Ulysses”.